

# A tendência dos constituintes é distribuir o que não é deles

Alexandre Barros (\*)

Uma das marcas registradas da política brasileira — e nisso a atual Assembleia Constituinte não é exceção — é que dos membros da classe política construiu ou constrói sua carreira em cima da utilização dos recursos do Estado.



O uso do cachimbo faz a boca torta. De tanto basear seu próprio crescimento nos recursos do Estado, os políticos brasileiros acham que esse processo é infinitamente multiplicável.

Eles acham que podem basear o crescimento e a sobrevivência de 130 milhões de brasileiros em políticas estatais redistributivistas.

Acontece que só se pode distribuir o que se produz e se constrói. O Estado brasileiro não é um construtor ou produtor de eficiência invejável.

Abundam os argumentos — em geral oriundos do próprio Estado ou de seus ideólogos — de que o Estado pode ser eficiente se os seus recursos forem mais bem alocados. Acontece que isso é politicamente irrealista. O Estado brasileiro aloca os seus recursos de maneira economicamente ineficiente e é o que é porque essa é a dinâmica da representação política brasileira. Não há como reformar esse Estado se ele é baseado num sistema de representação como o brasileiro. E não se pode esperar que os políticos eleitos num sistema que peca pela falta de representatividade tomem iniciativas para aumentá-la, já que isso reduziria o seu próprio poder.

A classe política e os tecnocratas brasileiros gostam sempre de dizer que são defensores do interesse nacional, definido por eles, é claro. Essa atitude faz com que eles esqueçam de que, como funcionários públicos, remunerados com o dinheiro dos impostos pagos pelos cidadãos, a obrigação deles é defender o interesse dos eleitores.

Em nome da justiça social e do interesse nacional

a classe política e os tecnocratas estatizam cada vez mais a economia, restringindo o acesso do capital privado a áreas cada vez mais amplas. A justificativa vai desde a tradicional alegação de incompetência do capital privado nacional para investir (o permanente atestado de minoridade e incompetência que o Estado gosta de passar aos nossos capitalistas) à impossibilidade do capital estrangeiro de participar de diversos setores por razões de segurança nacional.

A postura da classe política — que sempre diz representar o interesse nacional, em vez de representar o interesse dos seus eleitores — é muito parecida com a atitude de certos setores militares que se consideram como tendo o monopólio do patriotismo.

Em português mais claro: cidadão serve para trabalhar e governo para decidir e alocar recursos.

Isso funcionou no Brasil enquanto as taxas de lucro eram aceitáveis. Todo mundo topava entrar no esquema, ainda que ele não fosse o preferido.

Do ponto de vista político, o grande mérito do Plano Cruzado foi democratizar uma noção até recentemente privativa de alguns poucos intelectuais conservadores: a capacidade governamental de "mobilizar as forças produtivas" é muito limitada.

É possível obrigar as pessoas a fazer muitas coisas, mas não é possível obrigá-las a produzir eficientemente em escala maciça, como precisa um país com 130 milhões de pessoas. Essa limitação do seu

próprio poder as autoridades não conseguem ver.

A lição a tirar do ágio é que, se as taxas de retorno do capital não são convenientes, as pessoas, ao invés de produzir, enfiam a viola no saco e vão cantar em outra freguesia. No curto prazo sonham produtos, no médio e no longo prazos desinvestem ou pedem aos militares que deem um golpe de Estado.

Tudo indica que a tentação da Constituinte é de adotar políticas redistributivistas açodadas, sobretudo porque os políticos vão estar redistribuindo o que não é deles.

Como o comportamento da classe política brasileira é marcado por uma baixíssima responsividade aos eleitores e por uma notável falta de conhecimento de motivadores do com-

portamento econômico dos outros, o que nós tendemos a ver é que os potenciais doadores compulsórios podem muito bem sentir-se tentados a buscar soluções extra congressuais para seus problemas. Uma das maneiras mais fáceis de fazer isso é batendo na porta dos quartéis.

Os constituintes podem, aí sim, defender o interesse nacional, convencendo-se de que não existe desenvolvimento econômico sem sacrifício e sem poupança e sem produção eficiente. Isso não vai ser conseguido com uma economia aumentando as taxas de estatização.

Quando a taxa de retorno de capital fica sistematicamente abaixo de um determinado nível, os detentores de capital vão embora ou pedem aos militares que

deem um golpe. Essa regra não é brasileira, é mundial.

A não ser que os políticos constituintes encarem essa questão de frente, o cenário catastrófico faz sentido e tem possibilidade de ocorrer. Não se trata de querer que ele ocorra ou não, ele tem possibilidades de ocorrer porque isso é parte da dinâmica do comportamento político.

Fugir disso, independentemente da retórica que seja adotada, é ser politicamente irrealista (o que é um problema dos constituintes) e socialmente injusto (o que é essencialmente um problema de 130 milhões de brasileiros).

(\*) Ph.D. em Ciência Política pela Universidade de Chicago e consultor de empresas em análise de risco político, baseado em Brasília.

ANC 88  
Pasta 25 a 28  
fev/87  
060